



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 148/2021 VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador *Ciro Pereira* que *Estabelece vaga(s) exclusiva(s) para gestante e pessoa acompanhada de criança de colo.*

O Projeto foi aprovado em primeiro turno e uma Emenda substitutiva (Emenda 1) foi apresentada.

Apesar de já concluso em segundo turno, ao Projeto de Lei nº 148/2021 foram apresentados dois Substitutivos-Emendas (Emendas 2 e 3) pelo Colégio de Líderes, conforme permite o art. 128, §1º, III, b, 2 do Regimento Interno.

Portanto, nos termos do art. 128, § 4º do Regimento Interno, o Projeto em apreço retornou à Comissão De Legislação e Justiça para novo Parecer sobre as Emendas 1, 2 e 3.

Redesignado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021, passo à fundamentação do presente parecer.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A emenda substitutiva nº 1, de autoria desta Comissão de Legislação e Justiça, confere nova redação ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 148/2021 no intuito de retirar do texto normativo obrigação ao Poder Executivo para regulamentação de preceitos legais dentro de prazo preestabelecido.

O substitutivo-emenda nº 2, de autoria do Colégio de Líderes, confere nova redação ao projeto, que passa a alterar artigo da lei nº 11.416/2022 para garantir as

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 22/06/23
HORA 12:12



gestantes e pessoas acompanhadas por crianças de até dois anos o direito a utilizarem as vagas que até o momento são exclusivas para veículos conduzidos por ou que transportem pessoas com deficiência.

O substitutivo-emenda nº 3, de autoria do Colégio de Líderes, confere nova redação ao projeto, diminuindo a quantidade de vagas que serão reservadas às gestantes e pessoas acompanhadas de criança de colo.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se as proposições em tela foram construídas em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que as Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021 encontram-se em perfeita consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista disporem em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não se evidencia, quanto às Emendas 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 148/2021, vício em relação à iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do



Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

No que pertine à Emenda 3, urge ressaltar que o artigo 5º, ao estabelecer prazo para regulamentar a pretensa Lei, afronta a harmonia e separação dos poderes, disciplinados no art. 2º da Constituição da República.

Neste sentido entende o STF na ADI 4728.

Ementa Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 1.601/2011, do Estado do Amapá. Instituição da Política Estadual de Prevenção, Enfrentamento das Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Preliminar. Ausência de impugnação específica dos dispositivos da lei questionada. Não conhecimento, em parte. Art. 9º. Estabelecimento de prazo para o Poder Executivo regulamentar as disposições legais constantes de referido diploma normativo. Impossibilidade. Violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. (...) 3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida em parte e, nessa extensão, pedido julgado procedente. (ADI 4728,



Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-244 DIVULG 10-12-2021 PUBLIC 13-12-2021)

Em razão da inconstitucionalidade do dispositivo da Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021, sugiro a sua supressão por meio de uma subemenda.

Por tudo exposto, concluo pela constitucionalidade das emendas 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 148/2021 e pela constitucionalidade da emenda 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021 com apresentação de emenda.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre examinar a concordância da proposição legislativa frente ao arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade do ato com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No que diz respeito as emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021 (salvo questão já debatida na discussão sobre a constitucionalidade – referente ao art. 5º da Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 148/2023), não se observa conflito destas proposições com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e com a legislação infraconstitucional.

Concluo, portanto, pela legalidade/juridicidade das emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento das Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 148/2021, haja vista estarem em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade das Emendas 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 148/2021 e pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade da Emenda 3 com apresentação de subemenda.

Belo Horizonte, 21 de Maio de 2023

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.22 12:01:54 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

SUBEMENDA Nº

À EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 148/2021

Suprima-se do Substitutivo-Emenda nº 3 o art. 5º, renumerando-se os artigos subsequentes.

Belo Horizonte, 21 de Julho de 2022

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.22 12:02:31 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/06/2023 15:30:53 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer 2t PL 148-21 - vagas gestante e pessoa com criança de
 co10.pdf
Resumo SHA256 do arquivo bb2fdc467f24a7dac6398e9ac9b85ca6993b4ad1bcb8d6d86767bcdfafe61ca
 d
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado
 PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,
 C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/06/2023 15:01:54 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado
 PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,
 C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/06/2023 15:02:31 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 615/2023

Relatório

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 615/2023, que *“Dispõe sobre a desafetação das áreas públicas que menciona e autoriza sua alienação mediante venda ou permuta”*, de autoria do Vereador Cleiton Xavier, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Fundamentação

O projeto em análise visa

“(...) desafetar da sua destinação original, passando a integrar o patrimônio dominial do Município, as seguintes áreas não implantadas conforme previsto no CP 265-006-B e 265022-F, no Bairro Tupi:

I – áreas não implantadas correspondentes à passagem de pedestre Rua Maestro Lobo de Mesquita, código 42.457, e anexadas aos lotes, 16, 42, da quadra nº 100;

II – áreas não implantadas correspondentes à Rua Amélia Carneiro de Mendonça, código 3.200, anexadas aos lotes 1, 17 da quadra 101.”

Após este breve esclarecimento, passa-se às ponderações técnicas relativas a esta Comissão.

Da Constitucionalidade

Primeiramente, é importante destacar a competência legislativa municipal. A Constituição Federal determina sobre quais temas o Município pode legislar, *in verbis*:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23.06.23
HORA. 15.34



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber "

Portanto, resta claro que o Município pode legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, abarcando, então, a desafetação.

Quanto à iniciativa, também não há nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva, a decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2004.010555-0 do TJSC corrobora para tal entendimento:

"Com efeito, a regra é a capacidade legislativa plena dos parlamentares, que apenas não podem iniciar projetos de lei quando lhes for negado constitucionalmente tal faculdade política, em respeito ao equilíbrio entre as esferas de atuação do Estado." - Acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Julgado em 18 de novembro de 2009.

Da Legalidade

No âmbito da legalidade/juridicidade, cabe a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face todo ordenamento jurídico, ou seja, a verificação em conformidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a LOM (Lei Orgânica Municipal).

Sobre a desafetação de bem público, importante destacar que a matéria está consubstanciada em normas federais e municipais. Na esfera nacional, os arts. 98 a 101 do Código Civil, trata do tema, conforme segue abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 98 — São públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99 — São bens públicos.

I- os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

II- os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III- os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

O Projeto de Lei 615/2023 também encontra-se em conformidade com a iniciativa disciplinada na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH —, que afirma no art. 7º, II, que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

De tal modo, sem vislumbrar impeditivos de ordem jurídica, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 615/2023.

Da Regimentalidade

Por fim, confirma-se compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade ao Projeto de Lei nº 615/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 615/2023.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:31:16 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/06/2023 18:36:19 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer CLJ PL 615 de 2023 Desafetação (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo ff5a7db6acbe84c0294648e42bc84a7b21fb2cd5fc32fcb86ed1139d528cfa65
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO
TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155,
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 23/06/2023 18:31:16 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 1314 / 2014**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CGM-526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 26 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.314/14

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.314/14, que “Institui a obrigatoriedade da instalação de placas em braile nos postes nos principais e mais movimentados cruzamentos do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”, de autoria do vereador Fernando Luiz, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 3 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.314/14.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-26/Jun/23-15:41:22-003611-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 1.314/14

Torna obrigatória a instalação de recursos assistivos para pessoas com deficiência visual nos principais e mais movimentados cruzamentos do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

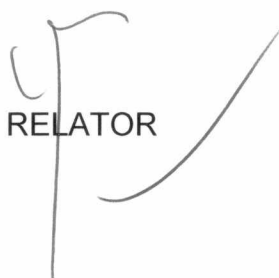
Art. 1º - Torna-se obrigatória a instalação de recursos assistivos para pessoas com deficiência visual nos principais e mais movimentados cruzamentos do Município.

Art. 2º - O Executivo deverá viabilizar recursos ou estabelecer parcerias que permitam a acessibilidade e o uso do transporte público com autonomia às pessoas com deficiência visual em ponto e abrigo instalados em logradouro público no Município.

Art. 3º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de verba orçamentária própria e de verbas suplementares, se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 126 / 2017**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CGM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 26 / 06 / 202347
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 126/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 126/17, que “Dispõe sobre o Programa Horta nas Escolas, no âmbito do Município de Belo Horizonte, na forma que menciona”, de autoria do vereador Juninho Los Hermanos, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 126/17.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-26/jun/23-15:41:08-003610-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 126/17

Autoriza o Programa Horta nas Escolas, no âmbito do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica autorizado, no âmbito do Município, o Programa Horta na Escola, com o objetivo de desenvolver medidas de incentivo à utilização de hortas nas escolas para promover a educação e o desenvolvimento.

Art. 2º - O programa de que trate esta lei destina-se às escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, a depender da adesão e da dinâmica de cada unidade escolar, de sua área e dos insumos disponíveis.

Art. 3º - O disposto nesta lei será aplicado como tema transversal de maneira interdisciplinar, na educação formal, conforme sugerem os Programas Curriculares Nacionais - PCNs, no que concerne à educação ambiental e alimentar.

Art. 4º - Receberão a titulação de Escola Amiga do Verde as escolas municipais que aderirem ao programa.

Art. 5º - As eventuais despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 2085 / 2016**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

LCM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 23 / 06 / 2023

Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.085/16

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.085/16, que "Altera a Lei nº 9.725/09 que 'Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências', acrescentando o inciso III ao parágrafo único do art. 32 e a Subseção V à Seção VIII do Capítulo VI", de autoria do vereador Jorge Santos, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 2 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a substituição do conteúdo do art. 2º do projeto inicial pelo do art. 2º proposto pela Emenda nº 2 aprovada.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.085/16.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIRLEG-26/jun/23-10:20:24-003546-1



PROJETO DE LEI Nº 2.085/16

Acrescenta o inciso III ao parágrafo único do art. 32 e a Subseção V à Seção VIII do Capítulo VI da Lei nº 9.725/09, que "Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao parágrafo único do art. 32 da Lei nº 9.725, de 15 de julho de 2009, o seguinte inciso III:

"Art. 32 - [...]"

Parágrafo único - [...]"

III - apresentem execução e adequado funcionamento da pré-instalação de pontos de espera para aparelho de ar-condicionado em edificações de uso residencial multifamiliar e não residencial, incluindo as de uso misto, caracterizadas por unidades negociáveis individualmente."

Art. 2º- Fica acrescentada à Seção VIII do Capítulo VI da Lei nº 9.725/09 a seguinte Subseção V:

"Subseção V

Das instalações para ar-condicionado

Art. 70-A - A construção de novas edificações de uso residencial multifamiliar e não residencial, incluindo as de uso misto, caracterizadas por unidades negociáveis individualmente, deverá ser dotada de pré-instalação de pontos de espera para pelo menos 1 (um) aparelho de ar-condicionado em cada unidade, observadas as demais normas edilícias, em especial o disposto no art. 42 desta lei.

§ 1º - A obrigatoriedade disposta no *caput* deste artigo não se aplica a nova edificação cujo projeto arquitetônico inicial tenha sido protocolizado para análise do Executivo em data anterior à de vigência desta lei.

§ 2º - A pré-instalação a que se refere o *caput* deste artigo consiste na organização prévia de pontos de espera para aparelho de ar-condicionado sem que seja necessária qualquer intervenção elétrica, hidráulica, na alvenaria, na pintura ou no acabamento por ocasião da instalação do aparelho, e engloba aspectos do sistema de climatização como fiação elétrica, dreno e tubulação, fazendo interface com os projetos arquitetônico, estrutural, hidráulico e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

elétrico, razão pela qual deve ser previamente definida na fase de projetos.

§ 3º - A obrigatoriedade disposta no *caput* deste artigo não se aplica a Empreendimento Habitacional de Interesse Social - Ehis.

§ 4º - A obrigatoriedade disposta no *caput* deste artigo não se aplica a instalação dotada de sistema central de ar-condicionado ou outro sistema de climatização comprovadamente mais eficiente tecnicamente que o citado no *caput* deste artigo.

§ 5º - Na execução da pré-instalação de ponto de espera para aparelho de ar-condicionado, deverão ser observadas a legislação correlata, as normas técnicas e as recomendações de instituições e fabricantes de aparelhos de ar-condicionado vigentes, responsabilizando-se a construtora ou empresa responsável pela obra por falhas ou faltas na execução ou funcionamento desta.

§ 6º - A construtora ou empresa responsável pela obra deverá dar ciência prévia e toda orientação técnica necessária ao comprador ou usuário da edificação sobre a pré-instalação de ponto de espera para aparelho de ar-condicionado."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 92 / 2017**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CGM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Iran Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 21 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 92/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 92/17, que “Dispõe sobre a criação do projeto “BH LIMPA” que disponibiliza informações sobre os serviços de limpeza urbana e dá outras providencias”, de autoria da vereadora Marilda Portela, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar;

- a substituição, nos incisos IV e V do art. 3º do projeto, dos termos “opção” e “opções, por “canais” para garantir ao dispositivo precisão terminológica, clareza e precisão;
- a substituição, no art. 4º do projeto, do termo “suplementares” por “suplementadas” para garantir ao texto clareza e precisão;
- a supressão, no art. 5º de projeto, da oração “revogadas as disposições em contrário”, que se caracteriza como fórmula genérica e que tem sido objeto de críticas por parte da doutrina especializada, por ser desnecessária e ineficaz, além de ensejar insegurança jurídica em face de dúvidas decorrentes da ausência de indicação expressa e específica das normas jurídicas revogadas.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.



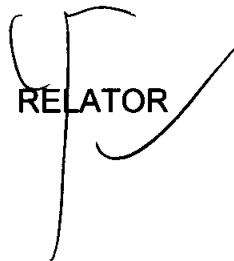
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 92/17.

Belo Horizonte, 21 / 06 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 92/17

Cria o projeto BH Limpa.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica criado o projeto BH Limpa, que disponibilizará informações sobre os serviços de limpeza urbana de Belo Horizonte.

Art. 2º - O conteúdo das informações a que se refere o art. 1º desta lei será elaborado pela Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ou por outro setor responsável pelos dados relacionados ao serviço de limpeza urbana.

Art. 3º - As informações a que se refere o art. 1º desta lei serão disponibilizadas por meios eletrônicos e versarão sobre:

- I - o monitoramento do serviço de coleta de lixo domiciliar e empresarial;
- II - a divulgação de local, dia e horário em que veículos do serviço de coleta de lixo domiciliar e empresarial atenderão a população;
- III - a divulgação de endereço, dia e horário de funcionamento das Unidades de Recolhimento de Pequenos Volumes - URPVs;
- IV - os canais para denúncias e para a abertura de solicitação de limpeza para bota-foras e deposições clandestinas;
- V - o canal de solicitação de recolhimento de animal morto em via pública, residência e outros locais;
- VI - a divulgação de informações sobre limpeza de córregos, varrição e capina no Município.

Parágrafo único - Para os fins do disposto nesta lei, consideram-se meios eletrônicos a página eletrônica da SLU, as redes sociais da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, o aplicativo BH Resolve Mobile, os perfis da Ouvidoria, o serviço de atendimento telefônico 156, assim como outros meios disponibilizados pela PBH.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

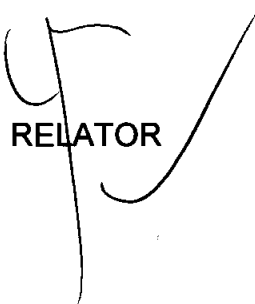


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 182 / 2021**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CGU - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 23 / 06 / 2023

Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 182/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 182/21, que “Torna obrigatório o cumprimento de Programa de Integridade nas contratações públicas que menciona e dá outras providências”, de autoria dos vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 2 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

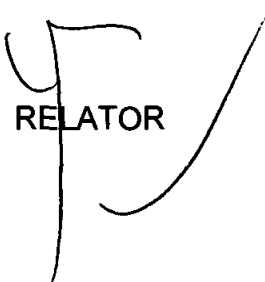
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre elas, destaca-se a substituição, no § 2º do art. 2º, do termo “vigência” pelo termo “validade” para manter a uniformidade terminológica. Tais alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 182/21.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIRLEG-26-Jun/23-10:19:38-003543-1



PROJETO DE LEI Nº 182/21

Torna obrigatória a avaliação de integridade nas contratações públicas que menciona.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A empresa contratada pela administração pública direta, autárquica ou fundacional para execução de obra ou serviço de engenharia com valor superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e de serviços ou compras com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) deverá se submeter a avaliação de integridade nas seguintes situações:

I - antes da assinatura do contrato ou da celebração de aditivo contratual;

II - a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

Parágrafo único - Os valores citados no *caput* deste artigo se referem ao custo total do contrato no período de 12 (doze) meses.

Art. 2º - A avaliação de integridade a que se refere esta lei deverá observar informações relativas a perfil da empresa, de sócios e de administradores, relacionamento com agentes públicos e terceiros, reputação e histórico de envolvimento em casos de desvios éticos, fraude e corrupção, assim como a adoção pela empresa de práticas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, como programa de integridade, código de ética e outras, de modo a determinar o Grau de Risco à Integridade - GRI - da empresa contratada.

§ 1º - A partir das informações obtidas, será apurado, automaticamente, o GRI, que será classificado como baixo, médio ou alto.

§ 2º - A avaliação de integridade terá validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de liberação do Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, salvo nas situações de GRI alto, quando a validade será de 12 (doze) meses.

Art. 3º - O RAI será utilizado pelo órgão contratante para adoção de medidas de tratamento dos riscos identificados que promovam melhorias na gestão e na fiscalização dos contratos.

Art. 4º - A minuta contratual deverá conter cláusulas que:

I - informem sobre o tratamento de dados pessoais nos procedimentos de avaliação de integridade adotados pela administração municipal, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

II - versem sobre a realização da avaliação de integridade e de sua validade, observadas as demais disposições desta lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

III - informem sobre a obrigatoriedade de a empresa contratada conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal.

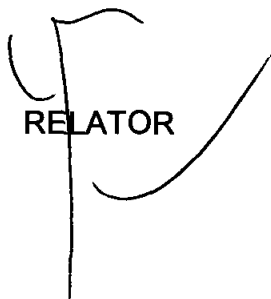
Art. 5º - As informações, os documentos produzidos e os dados pessoais coletados e tratados no âmbito do processo de realização de diligências e coleta de informações serão utilizados, exclusivamente, para fins da avaliação de integridade, observada a LGPD.

Art. 6º - As restrições de acesso a documentos e informações referenciadas nesta lei não serão oponíveis aos órgãos de controle e fiscalização externos, em especial o Legislativo Municipal.

Art. 7º - O Executivo expedirá regulamento que disponha sobre as medidas a serem adotadas na avaliação de integridade previstas nesta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Belo Horizonte, 23 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 326 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 13/06/2023,

GU-526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 21 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 326/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 326/22, que “Dispõe sobre o procedimento de transparência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em relação a aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB”, de autoria da vereadora Macaé Evaristo, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar:

- reformulação da ementa, de forma a conformá-la ao conteúdo do art. 1º;
- renumeração dos incisos I e II do art. 1º da redação original, transformados nos §§ 3º e 4º do art. 1º, respectivamente, por tais dispositivos apresentarem estrutura sintática compatível com parágrafo, assim como das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 1º da primeira versão do texto, transformadas nos incisos I, II e III do § 4º do art. 1º, respectivamente, por elas manterem relação de subordinação estabelecida com o § 4º do art. 1º do projeto;
- reformulação do texto dos incisos II e III do § 4º do art. 1º, para obtenção de paralelismo sintático em relação ao inciso I do § 4º do art. 1º do projeto;
- renumeração do art. 3º do texto original, passando-o a art. 2º, para correção de erro material.

140300433616300173370004-1



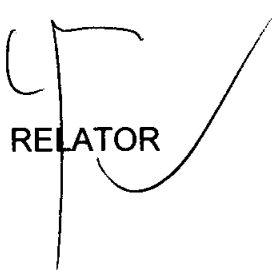
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 326/22.

Belo Horizonte, 21 / 06 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 326/22

Dispõe sobre a publicação do relatório sobre a receita e aplicação dos recursos provenientes do Fundeb no portal de transparência da PBH.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O relatório sobre a receita e aplicação dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb - será publicado em planilha aberta no portal de transparência da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, em aba específica, permitindo aos cidadãos o livre acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º - O acesso ao relatório de que trata o *caput* deste artigo não será condicionado à prévia identificação do cidadão.

§ 2º - O relatório de que trata o *caput* deste artigo deverá ser atualizado e publicado bimestralmente, devendo o encerramento do exercício ser publicado.

§ 3º - As despesas serão publicadas separadamente por pessoal, encargos, custeio e capital de forma acumulada até o bimestre da publicação.

§ 4º - As receitas de Transferências Correntes e Patrimonial serão publicadas separadamente, da seguinte forma:

- I - previsão de arrecadação orçamentária;
- II - arrecadação até o bimestre da publicação;
- III - previsão de arrecadação até o final do exercício.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 431 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

LGU - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 26 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 431/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 431/22, que “Garante o direito dos usuários ao acesso eletrônico a informações acerca dos plantões médicos na rede municipal de saúde”, de autoria dos vereadores Gabriel e Marcos Crispim, das vereadoras Nely Aquino e Professora Marli e do vereador Wanderley Porto, foi aprovado pelo Plenário na forma da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe destacar:

- a modificação, no *caput* do art. 1º do projeto, da numeração do dispositivo a ser acrescentado para art. 3º-A, com o objetivo de sanar possível erro material;
- a retirada, no *caput* do art. 1º, da expressão “renumerando-se os artigos subsequentes” para sanar o erro material citado anteriormente;
- a modificação do texto da ementa para conformá-lo ao disposto no *caput* do art. 1º.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 431/22.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 431/22

Acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 11.411/22, que
"Garante aos usuários do SUS residentes no
Município o direito ao acesso às informações
acerca de sua saúde e às listas de espera para
consultas e exames".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado à Lei nº 11.411, de 22 de setembro de 2022, o seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A - Fica garantido aos usuários o direito ao acesso, por meios eletrônicos, às informações constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES - acerca das equipes assistenciais de profissionais de Saúde que compõem os centros de saúde, as unidades de pronto atendimento - UPAs, os hospitais e as demais unidades da rede municipal de Saúde.

Parágrafo único - Em cada UPA constará, em local acessível à população:

I - o nome do responsável pelo serviço;

II - os nomes dos profissionais de Saúde de plantão;

III - o horário de trabalho de cada membro da equipe, inclusive do responsável pelo serviço.".

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 483 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 23/06/2023,

CGM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 26 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 483/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 483/23, que “Dá nova redação ao Capítulo IV da Lei nº 11.293/2021, que ‘Consolida legislação sobre os símbolos oficiais do Município’”, de autoria dos vereadores Jorge Santos e Cleiton Xavier, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

- a inserção, no art. 10 da Lei nº 11. 293/21, a que se refere o art. 1º do projeto, da expressão “conforme o Anexo I desta lei” para fazer constar no dispositivo a referência ao anexo em que se apresenta a imagem da bandeira do Município com as alterações propostas no projeto;
- a substituição do texto do art. 2º do projeto pelo texto da Emenda nº 1.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 483/23.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-26/jun/23-13:12:58-003554-1



PROJETO DE LEI Nº 483/23

Dá nova redação ao Capítulo IV da Lei nº 11.293/21 que "Consolida legislação sobre os símbolos oficiais do Município."

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O Capítulo IV da Lei nº 11.293, de 13 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

DA BANDEIRA

Art. 10 - A bandeira do Município fica instituída por esta lei, conforme constante no Anexo I desta lei, com o seguinte desenho e forma: um retângulo com 10M (dez módulos) de largura por 7M (sete módulos) de altura; dividido diagonalmente da parte superior esquerda até a parte inferior direita. A parte superior direita é azul-céu e a parte inferior esquerda é verde-Serra do Curral. Ao centro, sobre o fundo azul e parcialmente coberto pela área em verde-Serra do Curral, o sol de 16 (dezesseis) pontas como no brasão de armas do Município, com 8 (oito) das pontas visíveis, em amarelo-sol, com 4M (quatro módulos) de diâmetro.

§ 1º - As proporções a que se refere o *caput* deste artigo serão observadas independentemente do tamanho da bandeira.

§ 2º - As cores azul-céu, verde-Serra do Curral e amarelo-sol serão equivalentes ao azul, verde e amarelo da bandeira nacional brasileira.

Art. 11 - A bandeira do Município em tecido será executada a partir de um modelo básico com 45cm (quarenta e cinco centímetros) de largura."

Art. 2º - Esta lei, para entrar em vigor, dependerá de aprovação por referendo popular, a ser realizado em outubro de 2024.

Parágrafo único - Em caso de aprovação por referendo popular, esta lei entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

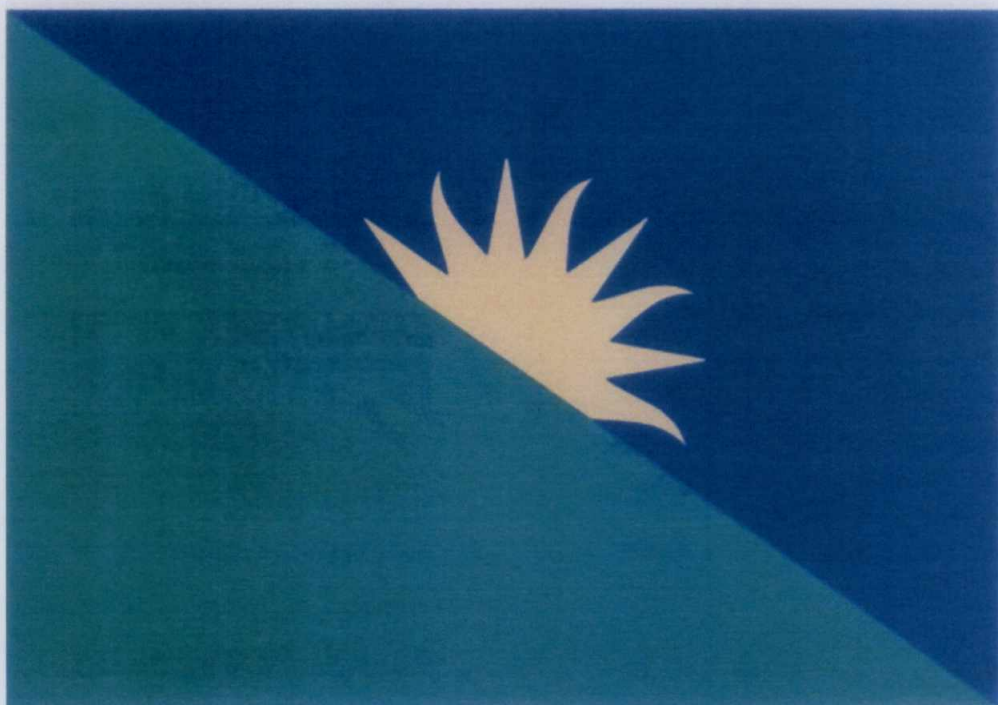
Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



ANEXO I





DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 513 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 13/06/2023,

CCM-SLS
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 21 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 513/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 513/23, que “Dispõe sobre a garantia do direito de preferência das mulheres vítimas de violência doméstica à matrícula e à transferência dos filhos, ou de crianças e adolescentes sob sua guarda, nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Belo Horizonte”, de autoria das vereadoras Cida Falabella, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Marilda Portela e Professora Marli, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

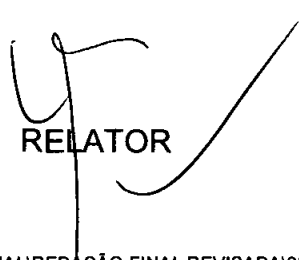
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a reformulação da ementa, a substituição do termo *benefício*, constante do parágrafo único do art. 2º, por *direito* e a inclusão do termo *sob sua guarda definitiva ou provisória* para integrar a expressão *crianças e adolescentes* constante do art. 3º, para manter uniformidade lexical em relação aos demais dispositivos do projeto em análise.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 513/23.

Belo Horizonte, 21 06 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

PROJETO DE LEI Nº 513/23

Garante à mulher vítima de violência doméstica e familiar o direito à preferência para matrícula e transferência de seus filhos ou de crianças e adolescentes sob sua guarda nas escolas da Rede Pública de Ensino do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A mulher vítima de violência doméstica e familiar de natureza física, psicológica e/ou sexual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, terá direito à preferência para matrícula e transferência de matrícula de seus filhos ou de crianças e adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória nas escolas da Rede Pública de Ensino do Município.

Art. 2º - Para garantir o direito de preferência previsto nesta lei, a mulher vítima de violência doméstica deverá apresentar cópia do Registro de Eventos de Defesa Social - Reds - em que conste a situação de violência doméstica e familiar, ou cópia da decisão judicial que concedeu medida protetiva, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 11.340/06, ou relatório de organismo de políticas para mulheres, serviço de Assistência Social ou de Saúde.

Parágrafo único - Os documentos relacionados no *caput* deste artigo e demais dados referentes ao direito concedido por esta lei serão protegidos e mantidos sob sigilo pela escola.

Art. 3º - Fica vedada a discriminação de qualquer natureza da mulher vítima de violência doméstica que requeira o direito de preferência garantido nesta lei, dos filhos ou das crianças e adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória matriculados em razão desse direito.

Art. 4º - O Executivo regulamentará esta lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor no ano letivo seguinte ao de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

Aguardando emenda de redação final até

DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 538 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 23/06/2023,

LCM-526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 26 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 538/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 538/23, que “Altera a Lei nº 11.458, de 17 de março de 2023, que dispõe sobre o controle, a gestão e a transparência dos valores arrecadados para custeio da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município, no âmbito dos contratos de concessão e permissão vigentes, e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário na forma da Subemenda nº 32 à Emenda nº 2 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e aos padrões deste Legislativo. Entre essas, menciona-se que:

- diversos artigos do projeto foram renumerados de maneira a seguir a ordem dos dispositivos alterados da Lei nº 11.458/23;

- o inciso X do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.458/23, proposto pelo art. 4º da Subemenda nº 32 à Emenda nº 2, foi transformado em § 6º, em atendimento à técnica legislativa.

As adequações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 538/23.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-26/jun/23-13-17-00355-1



PROJETO DE LEI Nº 538/23

Altera a Lei nº 11.458/23, que “Dispõe sobre o controle, a gestão e a transparência dos valores arrecadados para custeio da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município no âmbito dos contratos de concessão e permissão vigentes”, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O inciso III do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.458, de 17 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - [...]

[...]

III - remuneração complementar pela produção quilométrica, calculada com base nas viagens realizadas.”.

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único - Será garantido o mínimo de 10% (dez por cento) dos valores da remuneração complementar pela produção quilométrica, a que se refere o inciso III deste artigo, ou de qualquer subsídio disposto pelo Município, aos prestadores do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema complementar.”.

Art. 3º - O art. 2º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte § 5º:

“§ 5º - As viagens realizadas fora do horário em veículos sem o correto funcionamento do ar-condicionado, sem a manutenção e a limpeza adequadas ou com o descumprimento de exigência técnica não serão consideradas para os fins do cumprimento das Ordens de Serviço, definidas nos incisos I e II do *caput* deste artigo.”.

Art. 4º - O *caput* do art. 2º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com os seguintes incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e § 6º:

“Art. 2º - [...]

[...]

VII - garantir tratamento isonômico aos prestadores do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema



suplementar, assegurando sua participação nos debates sobre o transporte público coletivo de passageiros por ônibus;

VIII - assegurar aos prestadores do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema suplementar maiores de 60 (sessenta) anos a desobrigação de cumprir a carga horária na jornada ao volante;

IX - ampliar a exploração de mídia nos veículos do transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema suplementar;

X - renovar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - firmado em 6 de maio de 2019 entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte para assegurar a continuidade do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema suplementar pelos delegatários de permissão que tenham adquirido direito nos termos do Edital de Concorrência Pública 003/2001 e das leis nºs 9.288, de 14 de dezembro de 2006, e 11.046, de 9 de maio de 2017, e que tenham contrato ou aditamento firmado com o Município em decorrência dos referidos diplomas legais;

XI - assegurar às viúvas dos delegatários falecidos das permissões do serviço transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema suplementar do Município de Belo Horizonte, firmados por meio da Concorrência Pública nº 01/2016, a permanência da exploração da permissão durante toda a vigência do Termo de Permissão;

XII - permitir ao permissionário do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus do sistema suplementar o cadastramento de até três motoristas auxiliares, reduzindo a obrigatoriedade das horas de trabalho ao volante;

XIII - renovar o prazo de vigência do atual contrato, Edital de 01/2016, que tem seu termo final em 14/11/2028, por mais 10 (dez) anos, retificando o termo final para 14/11/2038.

[...]

§ 6º - Os custos relativos ao fornecimento de sistema de bilhetagem eletrônica por parte do Consórcio Operacional Transfácil ao Consórcio Operacional Transuple não poderão exceder 3% (três por cento) do valor arrecadado.”.

Art. 5º - O § 2º do art. 3º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - [...]



[...]

§ 2º - Quando a arrecadação proveniente do pagamento da tarifa pública e das receitas alternativas, complementares e acessórias for inferior ao valor do custo de referência de que trata o inciso III do *caput* do art. 2º desta lei, o poder concedente aplicará remuneração complementar pela produção quilométrica.”.

Art. 6º - A Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A - Fica instituído o programa Tarifa Zero nas linhas de vilas e favelas do Município (Grupo Tarifário III).”.

Art. 7º - O inciso III e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.458/23 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - [...]

[...]

III - cálculo da diferença entre as projeções das receitas tarifárias e adicionais e do custo de referência para o período, que expressará o montante do valor máximo projetado para o exercício para remuneração complementar pela produção quilométrica.

§ 1º - O valor por quilômetro da remuneração complementar pela produção quilométrica será apurado com base no resultado da divisão do valor máximo projetado para o exercício pela produção quilométrica total projetada para o período.

§ 2º - O valor da remuneração complementar será pago às concessionárias e aos permissionários de acordo com o valor do quilômetro definido no § 1º deste artigo, multiplicado pela produção quilométrica total realizada, incluindo os deslocamentos entre a garagem e o ponto de controle das linhas, observado o limite previsto na alínea “b” do inciso II do *caput* deste artigo.

§ 3º - A operação de linha em trajeto sem a prévia emissão da respectiva OS pela Sumob não será considerada e não gerará dever de remuneração ou qualquer outro ressarcimento pelo Poder Executivo.

§ 4º - A Sumob avaliará, semestralmente, o desempenho efetivamente observado das receitas e dos custos de referência em relação às projeções de que tratam os incisos I e II, com o objetivo de apurar a existência de déficit ou superávit no exercício após o pagamento da remuneração complementar, sendo que o montante apurado será computado nas projeções do período seguinte para mais ou para menos, conforme o caso.”.



Art. 8º - O art. 5º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte § 9º:

“Art. 5º - [...]

[...]”

§ 9º - O permissionário do transporte suplementar cuja permissão esteja em reserva poderá retornar à operação no sistema dentro de 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta lei, fazendo jus à remuneração complementar pela produção quilométrica nos mesmos moldes dos demais, incluindo a retroatividade.”.

Art. 9º - A Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A - A proposta orçamentária para os exercícios financeiros a partir de 2024 incluirá anexo contendo o quadro-resumo das projeções de que trata o art. 5º desta lei, contemplando pelo menos a tarifa pública considerada, as receitas alternativas, complementares e acessórias, os custos de referência, a projeção quilométrica, o custo total por quilômetro e o valor da remuneração complementar por quilômetro.”.

Art. 10 - O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - [...]”

Parágrafo único - Fixado o valor por quilômetro de que trata o § 1º do art. 5º desta lei, a vigorar no exercício de 2023, e formalizado o aditamento aos contratos de concessão, fica autorizado o pagamento da remuneração complementar de que trata esta lei a partir de 1º de janeiro de 2023, computando-se no período decorrido até a data de publicação desta lei o desempenho da totalidade das receitas, na forma do *caput* deste artigo, e a produção quilométrica efetivamente executada, de acordo com as viagens consideradas pela Sumob para apuração dos parâmetros definidos na Lei nº 11.367, de 1º de julho de 2022.”.

Art. 11 - O art. 6º da Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte parágrafo único-A:

“Parágrafo único-A - À remuneração complementar pela produção quilométrica serão acrescidos os valores suficientes para garantir a gratuidade do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus nos domingos e feriados, a partir da segunda quinzena de junho de 2023.”.

Art. 12 - A Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte art. 6º-A:



“Art. 6º-A - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente até o limite de R\$512.795.984,00 (quinhentos e doze milhões, setecentos e noventa e cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais), para atender ao disposto nesta lei, podendo ser reaberto no exercício financeiro seguinte, no limite de seus saldos, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Para fazer face ao aporte de que trata o *caput* deste artigo, serão utilizados recursos provenientes de devolução de excedente orçamentário da Câmara Municipal de Belo Horizonte no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), e o saldo remanescente terá origem no superávit financeiro apurado no balanço e nas anulações de dotações orçamentárias.”.

Art. 13 - A Lei nº 11.458/23 passa a vigorar com o seguinte art. 6º-B:

“Art. 6º-B - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente até o limite de R\$25.859.089,80 (vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitenta e nove reais e oitenta centavos), para atender ao disposto no parágrafo único-A do art. 6º desta lei, podendo ser reaberto no exercício financeiro seguinte, no limite de seus saldos, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320/64.”.

Art. 14 - O *caput* do art. 2º da Lei nº 10.106, de 21 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A subvenção será de 100% (cem por cento) do valor da tarifa correspondente ao percurso residência-escola-residência do beneficiário em dias letivos.”.

Art. 15 - Fica instituído o Vale-Transporte de Saúde no sistema de transporte público coletivo convencional e suplementar do Município, por meio do sistema eletrônico do BHBUS Inclusão Social, em favor de pessoas com necessidade de deslocamento para consultas e procedimentos médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para atender, prioritariamente, pacientes oncológicos.

Parágrafo único - O regulamento poderá expandir as condições clínicas atendidas e definir a destinação do centro de saúde que acolherá cada condição clínica.

Art. 16 - Fica instituído o Auxílio de Transporte Social às famílias em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, mediante concessão de créditos eletrônicos no cartão BHBUS Inclusão Social, como meio de garantir o deslocamento, promover a integração social e gerar melhor oportunidade de mobilidade às famílias em situação de extrema pobreza, no acesso ao serviço público de transporte coletivo convencional e suplementar no Município, observados os termos dispostos em regulamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 17 - Fica instituído o Auxílio Transporte Mulher, para garantir recursos para os deslocamentos das mulheres em situação de violência econômica ou social, até a rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar do Município, mediante concessão de passes gratuitos ao serviço de transporte público coletivo convencional e suplementar no Município, por meio de termos que serão dispostos em regulamento.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 539 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Para redação final

Em 16 / 6 / 23

CA 476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 23 / 06 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 539/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 539/23, que "Dá nova denominação ao logradouro que menciona, localizado no Bairro: Distrito Industrial do Jatobá", de autoria do vereador Cleiton Xavier, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

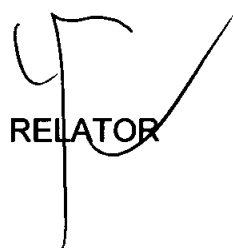
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a reformulação parcial da ementa e do art. 1º do projeto.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 539/23.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23


RELATOR

DIRLEG-26/jun/23-10:20:09-003545-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 539/23

Dá o nome de Odilon Ferreira Campos à Praça Rotor Zero, no Bairro Distrito Industrial do Jatobá.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Odilon Ferreira Campos a Praça Rotor Zero, código 304570, no Bairro Distrito Industrial do Jatobá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



PL Nº 553 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Para redação final

Em 16 / 06 / 23

OK 476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 23 / 06 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 553/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 553/23, que “Dá o nome de Rua Professor Olavo de Carvalho à Rua Um, Bairro Alto Caiçaras, região Noroeste de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Uner Augusto, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a reformulação parcial da ementa e do art. 1º do projeto.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 553/23.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIREG-26/jun/23-10:19:53-W0354-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 553/23

Dá o nome de Professor Olavo de Carvalho à
Rua 1, no Bairro Alto Caiçaras.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Professor Olavo de Carvalho a Rua 1, código 311200, no Bairro Alto Caiçaras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO ÚNICO

PROJETO DE LEI N. 565/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 565/2023, de autoria do Vereador Uner Augusto, que pretende: "Dá o nome de Rua Beato Padre Victor à Rua Um, Bairro Jardim dos Comerciantes, região Norte de Belo Horizonte".

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa dar a denominação de Rua Beato Padre Victor à Rua Um, Bairro Jardim dos Comerciantes, região Norte de Belo Horizonte.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse baixada em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer informando se existe impedimento à pretendida nomeação, nos termos da Lei n. 9.691/2009.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana, emitiu parecer informando não há impedimento para a adoção do nome de "Beato Padre Victor à Rua Um, Bairro Jardim dos Comerciantes, região Norte de Belo Horizonte"

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 22/06/23
HORA: 11:29



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Também a Gerência de Bens Imóveis (GEBEI) da Subsecretaria de Administração e Logística (SUALOG) e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) para verificação das possibilidades previstas nos incisos II e III do art. 4º da Lei nº 9691, de 19 de janeiro de 2009, informou que, “o CEP 31640552 corresponde a Rua Edmar Paulo de Carvalho”, não estando satisfeito o previsto no art. 29 da Lei nº 9691, de 19 de janeiro de 2009, salvo os casos que atenderem o §2º deste artigo.

Ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, informou que “o trecho indicado se encontra na área do empreendimento VN-S-INF-20-2674 - Córrego Joaquim Pereira - Tratamento de Fundo de Vale, cujo status é “em elaboração de anteprojeto pela DGAU”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “b”, do Regimento Interno.

2.1. DO ASPECTO JURÍDICO

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e, sobretudo, cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que concede ao ente municipal a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei n. 565/2023.

Por sua vez, a análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Analisando o teor da demanda apresentada, identifica o relator que a proposta não atende aos requisitos da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, que disciplina a nomeação de nome de próprio público.

Quanto a este ponto, verifico que o Projeto de Lei n. 565/2023 não está de acordo com o ordenamento jurídico e viola a legislação vigente sobre o tema.

De tal modo, entendo pela **ilegalidade** do Projeto de Lei n. 565/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 565/2023.

Frente ao exposto acima, concluo pela **antijuridicidade** do Projeto de Lei nº 565/2023.

2.4. DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.

No Projeto de Lei analisado neste parecer temos que o artigo 22 da Lei 9.691/2009, dita

“ É vedada a duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar:

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Posto isso, em face do retorno dado ao pedido de diligência que informa que “o CEP 31640552 corresponde a Rua Edmar Paulo de Carvalho”, temos flagrante ilegalidade da proposta e por isso manifesto pela rejeição ao projeto.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **antijuridicidade** e pela **rejeição** do projeto.

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
49531867
615

Assinado de
forma digital por
RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados:
2023.06.22
11:23:33 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/06/2023 14:48:16 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 565.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 4518c4f2e49eed5639b3d6d528d57998c0ee0de02056f704a9f1fad3bea4fda
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/06/2023 14:23:33 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO ÚNICO

PROJETO DE LEI N. 566/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em turno único de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 566/2023, de autoria do Vereador Uner Augusto, que pretende: "Dá o nome de Rua Beato Padre Donizetti Tavares à Rua Um, Bairro Candelária, região Norte de Belo Horizonte."

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa dar a denominação de Rua Beato Padre Donizetti Tavares à Rua Um, Bairro Candelária, região Norte de Belo Horizonte.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse baixada em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer informando se existe impedimento à pretendida nomeação, nos termos da Lei n. 9.691/2009.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana, emitiu parecer informando que "há impedimento para a adoção do nome de Beato Padre Donizetti Tavares à Rua Um, Bairro Candelária, Região Norte de Belo Horizonte, tendo em vista que o número de palavras é superior ao permitido pelo Art. 17 da Lei n° 9691, de 19 de janeiro de 2009, alterado pela Lei n° 10.698 de 10 de janeiro de 2014 "

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO N° 14/2023
DATA: 22/06/23
HORA: 10:09



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Também em consulta a Gerência de Bens Imóveis (GEBEI) da Subsecretaria de Administração e Logística (SUALOG) e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) para verificação das possibilidades previstas nos incisos II e III do art. 4º da Lei nº 9691, de 19 de janeiro de 2009, as mesmas informaram que, verificado o Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou que “o imóvel em questão é de propriedade do Município”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e, sobretudo, cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que concede ao ente municipal a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 566/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais).

É notório, a violação do Projeto de Lei nº 566/2023 quanto ao disposto no art. 17 de Lei 9.691/2009. In verbis:

Art. 17 - O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

Ao intentar denominar um próprio como Rua Beato Padre Donizetti Tavares, o projeto excede o limite de palavras permitidas pelo dispositivo supracitado. Neste caso, para o prosseguimento da proposição do ilustre Vereador Uner Augusto, o vício pode ser sanado com a apresentação de uma emenda.

Quanto aos demais quesitos estabelecidos pela Lei 9691/2009, o Projeto de Lei 566/2023 os cumpre conforme diligência apresentada a essa comissão.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 566/2023 **com apresentação de emenda**.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 566/2023.

2.4. DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro publico não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Cabe destacar que, mesmo com o retorno de diligência em que informa que há impedimento para a adoção do nome, por exceder o número de palavras permitido, a rua em questão preenche os demais requisitos da lei tornando, assim, a propositura possível.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela **juridicidade e aprovação** do Projeto de Lei nº 566/2023, **com apresentação de emenda**.

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
4953186
7615

Assinado de
forma digital
por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531
867615
Dados:
2023.06.21
11:57:45 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUBSTITUTIVO-EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 566/2023

Dá o nome de Rua Beato Donizetti Tavares à Rua Um,

Bairro Candelária, região Norte de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1° - Fica denominada Rua Beato Donizetti Tavares a Rua Um, localizada no bairro Candelária, região Norte de Belo Horizonte, CP 105108, CEP 31.535-560.

Art. 2° Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2023

RAMON

BAPTISTA

BIBIANO:4

95318676

15

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.06.22
10:08:22 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/06/2023 13:10:30 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 566.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 46bcdad2c5c391318d6da1c89517ba59dcecb28332795cab685c259e6a02188
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 21/06/2023 14:57:45 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/06/2023 13:08:22 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 567/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 567/2023 de autoria do então Vereador Uner Augusto, que "Dá o nome de Rua Beata Isabel Cristina Mrad Campos à Rua Um, Bairro Juliana, região Norte de Belo Horizonte". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 567/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23/06/23
HORA. 15:44



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 567/2023.



Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 567/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos.

Considerando-se a Lei 9.691/09, temos dois destaques a fazer. Primeiramente no que diz respeito a limitação imposta pelo art. 17:

Art. 17 – O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais. (grifo nosso).

Temos que o Projeto em análise altera o nome da Rua Um, no Bairro Juliana, para Rua Beata Isabel Cristina Mrad Campos. Verifica-se que a denominação sugerida excede o número máximo de palavras estabelecido pela Lei e, tendo em vista tal constatação, apresentamos uma emenda ao final deste parecer para sanar a questão. A emenda visa retificar também vício material conforme a nota contida na resposta de diligência, página 3, alterando a sigla "CP – Código de Planta" para "CTM – Cadastro Territorial Municipal".

Por fim, em referência a vedação prevista no artigo 29 da Lei 9.691/2009, que proíbe modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 anos a próprio público, não há aplicação uma vez que o atual nome da rua trata-se de uma numeração.

O PL 567/2023 também não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 567/2023.

Da Regimentalidade

O PL 567/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 567/2023.

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer à Beata Isabel Cristina Mrad Campos.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 567/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 567/2023, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO

TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:38:53 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N° 567/2023

Dê-se a seguinte redação ao art. 1° do Projeto de Lei 567/2023:

Art. 1°. Fica denominada Rua Beata Isabel Cristina a rua Um, localizada no bairro Juliana, região Norte de Belo Horizonte, CTM 300627, CEP 31.744- 500.

Belo Horizonte, 23 de junho 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO

TAVARES:84315520691

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:42:11 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/06/2023 18:45:51 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer do PL 567-2023 pela CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo cfd483cbaebf29e5e42c0c693f27f51602b5fe699e40086d5088975b58c6e32
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 23/06/2023 18:38:53 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada

[AVALIE ESTE SERVIÇO](#)[EXPANDIR ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

23/06/2023 18:42:11 UTC

Status dos atributos

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 571/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 571/2023 de autoria do então Vereador Uner Augusto, que "Dá o nome de Rua Gustavo Corção à Rua D, Bairro Santa Maria, Regional Oeste de Belo Horizonte". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 571/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 23/06/2023
HORA: 15:46



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 571/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 571/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos e atende aos preceitos estabelecidos pelo diploma legal.

Verifica-se vício material conforme nota contida na terceira página da resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei 571/2023 – encaminhada pelo ofício Dirleg nº 3.833/23, de 17/05/2023 - razão pela qual apresento emenda substitutiva a fim de alterar a sigla "CP – Código de Planta" para "CTM – Cadastro Territorial Municipal", sanando, desta forma, o erro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Por fim, em referência a vedação prevista no artigo 29 da Lei 9.691/2009, que proíbe modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 anos a próprio público, não há aplicação uma vez que o atual nome da rua trata-se apenas de uma letra.

O PL 571/2023 também não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 571/2023.

Da Regimentalidade

O PL 571/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 571/2023.

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

"denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Gustavo Corção.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 571/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e **aprovação** do Projeto de Lei nº 571/2023, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:39:43 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N° 571/2023

Dê-se a seguinte redação ao art. 1° do Projeto de Lei 571/2023:

Art. 1° - Fica denominada Rua Gustavo Corção a Rua D, localizada no Bairro Santa Maria, Regional Oeste de Belo Horizonte, CTM 113548, CEP 30525-370

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação	23/06/2023 18:49:46 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer do PL 571-2023 pela CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	06af03fca2bceb15e95284f2aaed974235b0bba5482469a5f4ec5df10ecf1d17
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	23/06/2023 18:39:43 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO ÚNICO

PROJETO DE LEI N. 573/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em turno único de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 573/2023, de autoria do Vereador Uner Augusto, que pretende: "Dá o nome de Rua Albertina Berkenbrock à Rua Seis, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte."

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa dar a denominação de Rua Albertina Berkenbrock á à Rua Seis, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse baixada em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer informando se existe impedimento à pretendida nomeação, nos termos da Lei n. 9.691/2009.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana, emitiu parecer informando que "há impedimento para a adoção do nome de Albertina Berkenbrock à Rua Seis, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte, por falta de aprovação de parcelamento do solo para o logradouro"

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23/06/23
HORA. 09:20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Também em consulta a Gerência de Bens Imóveis (GEBEI) da Subsecretaria de Administração e Logística (SUALOG) e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) para verificação das possibilidades previstas nos incisos II e III do art. 4º da Lei nº 9691, de 19 de janeiro de 2009, as mesmas informaram que, verificado o Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou que “o imóvel em questão é de propriedade do Município”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “b”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

premente e, sobretudo, cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que concede ao ente municipal a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual **concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 573/2023.**

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Embora a resposta da Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE) tenha sido no sentido de que há impedimento para a adoção do nome, por falta de aprovação de parcelamento do solo para o logradouro, com base no art. 4º da Lei 9691 de 2009, sabe-se que o referido art. 4º não apresenta um rol aditivo, mas sim alternativo. Veja:

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a pelo menos uma das seguintes condições: (grifo nosso)

- I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;
- II - constituir terreno integrante do patrimônio público;
- III - ter sido implantado pelo poder público. (GN)."

Tendo em vista o exposto, a rua em questão preenche os demais requisitos previstos no art. 4º, conforme resposta emitida pelo próprio



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Secretário Municipal Adjunto de Fazenda, no Ofício Interno SUALOG /DALE-GP /167— 2023, que afirma que "Em atenção ao ticket referenciado, informamos que o imóvel em questão é de propriedade do Município".

Logo, o Projeto de Lei 573/2023 se encontra em concordância com a Lei 9.691/2009, porque a via é integrante do patrimônio público (art. 4º, inciso II), não revelando óbice para denominação.

De tal modo, **entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 573/2023.**

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual **concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 573/2023.**

2.4. DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro publico não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe destacar que, mesmo com o retorno de diligência em que informa que há impedimento para a adoção do nome, por falta de aprovação de parcelamento do solo para o logradouro, a rua em questão preenche os demais requisitos da lei tornando, assim, a propositura possível.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 573/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto.

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
49531867
615

Assinado de
forma digital por
RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318
67615
Dados:
2023.06.23
08:38:26 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/06/2023 12:23:08 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 573.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo ab74389fc1c2ef240755ff7535b245c7e3ef467eb7028db6cf81fd36ba46dec9
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ ■ Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 23/06/2023 11:38:26 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 575/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 575/2023 de autoria do então Vereador Uner Augusto, que "Dá o nome de Rua Beato Álvaro del Portillo à Rua Três, Bairro Nova Gameleira, região Oeste de Belo Horizonte ". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 575/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada

PROTOCOLIZAÇÃO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23/06/23
HORA. 15:46:48



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 575/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 575/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos e atende aos preceitos estabelecidos pelo diploma legal.

Verifica-se vício material conforme nota contida na terceira página da resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei 575/2023 – encaminhada pelo ofício Dirleg nº 3.834/23, de 17/05/2023 - razão pela qual apresento emenda substitutiva a fim de alterar a sigla "CP – Código de Planta" para "CTM – Cadastro Territorial Municipal", sanando, desta forma, o erro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Por fim, em referência a vedação prevista no artigo 29 da Lei 9.691/2009, que proíbe modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 anos a próprio público, não há aplicação uma vez que o atual nome da rua trata-se de uma numeração.

O PL 575/2023 também não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 575/2023.

Da Regimentalidade

O PL 575/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 575/2023.

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirieg	Fl.
--------	-----

"denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Dom Álvaro del Portillo.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 575/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 575/2023, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO

TAVARES:84315520691

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:40:34 -03'00'



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N° 575/2023

Dê-se a seguinte redação ao art. 1° do Projeto de Lei 575/2023:

Art. 1° - Fica denominada Rua Beato Álvaro del Portillo a rua Três, localizada no bairro Nova Gameleira, região Oeste de Belo Horizonte, CTM 303609.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:41:20
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/06/2023 18:50:49 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer do PL 575-2023 pela CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 663fe1ffcd8d6ffc2525732141cd7cbdfef778a5c8a9c66d394d55649864f2e85
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 23/06/2023 18:40:34 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

23/06/2023 18:41:20 UTC

Status dos atributos

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 576/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 576/2023 de autoria do então Vereador Uner Augusto, que "Dá o nome de Rua Miguel Reale à Rua Quatro, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 576/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 23.06.23
HORA: 15:36



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 576/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 576/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos.

O PL 576/2023 também não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Porém, em resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 576/2023 — Autoria do Vereador Uner Augusto — encaminhada pelo ofício Dirleg nº 3.835/23, de 17/05/2023, verifica-se impedimento por falta de aprovação de parcelamento de solo. Desta forma, conforme o artigo 4º da Lei 9.691/09, a rua indicada no Projeto de Lei não pode ser considerada logradouro, *in verbis*:

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a, pelo menos, uma das seguintes condições:

I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;

II - constituir terreno integrante do patrimônio

público; III - ter sido implantado pelo poder público.

Assim, devido à ausência de parcelamento de solo e consequente impedimento para renomeação pretendida, concluo pela ilegalidade do PL 576/2023

Da Regimentalidade

O PL 576/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 576/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Miguel Reale.

Contudo, por não seguir os parâmetros estabelecidos para parcelamento do solo e se encontrar irregular, opino pela rejeição do Projeto de Lei nº 576/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, ilegalidade, regimentalidade e rejeição do Projeto de Lei nº 576/2023.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.06.23 15:54:55 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	23/06/2023 18:57:35 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer do PL 576-2023 pela CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	efa9c61074a06db5733c2be4f8585ef4f037ea4314c4090943401864dde5b5a1
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:*155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR****▼ Informações da assinatura**

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	23/06/2023 18:54:55 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 577/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 577/2023 de autoria do então Vereador Uner Augusto, que "Dá o nome de Rua Dom João Resende Costa à Rua Doze, Bairro Maria Teresa, Regional Norte de Belo Horizonte". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 577/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23/06/23
HORA. 15:47



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 577/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 577/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos.

O PL 577/2023 também não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Porém, em resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 577/2023 — Autoria do Vereador Uner Augusto — encaminhada pelo ofício Dirleg nº 3.836/23, de 17/05/2023, verifica-se impedimento por falta de aprovação de parcelamento de solo. Desta forma, conforme o artigo 4º da Lei 9.691/09, a rua indicada no Projeto de Lei não pode ser considerada logradouro, *in verbis*:

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a, pelo menos, uma das seguintes condições:

I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;

II - constituir terreno integrante do patrimônio público;

III - ter sido implantado pelo poder público.

Assim, devido à ausência de parcelamento de solo e consequente impedimento para renomeação pretendida, concluo pela ilegalidade do PL 577/2023

Da Regimentalidade

O PL 577/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 577/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Dom João Resende Costa.

Contudo, por não seguir os parâmetros estabelecidos para parcelamento do solo e se encontrar irregular, opino pela rejeição do Projeto de Lei nº 577/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, ilegalidade, regimentalidade e rejeição do Projeto de Lei nº 577/2023.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO

TAVARES:84315520691

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691

Dados: 2023.06.23 15:43:21 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 23/06/2023 18:51:33 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer do PL 577-2023 pela CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	2b7212c8ebdba7a7a67226aded7e1fa08f271d7f853bb8e3a68fb72f8f0eec97
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:***155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	23/06/2023 18:43:21 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPR Nº 579 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 23/06/23,

CCM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 23 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 579/23

Relatório

O Projeto de Resolução nº 579/23, que "Susta os efeitos da Portaria SUMOB nº 008/2023, de 19 de abril de 2023 que 'Dispõe sobre o reajuste das tarifas do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte e dá outras providências' dentre outros", de autoria dos vereadores Braulio Lara e Bruno Pedralva, da vereadora Cida Falabella, dos vereadores Ciro Pereira e Cleiton Xavier, da vereadora Fernanda Pereira Altoé, dos vereadores Gabriel, Henrique Braga e Irlan Melo, da vereadora Iza Lourença, do vereador Jorge Santos, das vereadoras Loíde Gonçalves e Marcela Trópia, dos vereadores Pedro Patrus, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

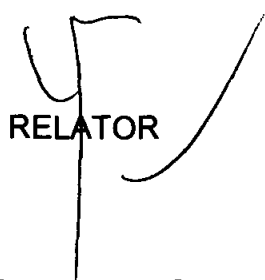
Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e ao padrão de formatação deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta Comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 579/23.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 579/23

Susta os efeitos das portarias Sumob nºs 008, 009 e 010/23.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Ficam sustados os efeitos da Portaria Sumob nº 008, de 19 de abril de 2023, que "Dispõe sobre o reajuste das tarifas do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte e dá outras providências."

Art. 2º - Ficam sustados os efeitos da Portaria Sumob nº 009, de 19 de abril de 2023, que "Dispõe sobre o reajuste das tarifas do Serviço de Transporte Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte e dá outras providências."

Art. 3º - Ficam sustados os efeitos da Portaria Sumob nº 010, de 19 de abril de 2023, que "Dispõe sobre o reajuste das tarifas do Serviço de Táxi-Lotação do Município de Belo Horizonte e dá outras providências."

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 605/2023 – Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 605/2023, de autoria do Ver. Cleiton Xavier, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 22 de junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.06.22
11:46:52 -03'00'

Ver. Ramon Bibiano da Casa de Apoio

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 22/06/23
HORA: 11:49

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/06/2023 14:49:36 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo pedido de diligência assinado PL 605.2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 751277d0a9418abdf5bfa65f80e7100de622c285237d7d093a153a65ba973762
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 22/06/2023 14:46:52 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 613/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
TURNO ÚNICO

Proponho que o Projeto de Lei nº 613/2023, de autoria do nobre Ver. Henrique Braga, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

4) Por fim, existe algum aspecto não listado aqui e que constitua em impedimento à denominação ora pretendida?

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:023770
68731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multiple v5,
ou=22882751000111, ou=Presencial,
ou=Certificado PF AS, cn=JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
Dados: 2023.06.23 13:23:26 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 23/06/2023 16:28:08 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PL 613-23 - Proposta de diligência.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	384fdab5db26dde7dbd84d2458aaf6d7ee84e3cb2fbd8e9b50c8ca1a38d78a74
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:*770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR****▼ Informações da assinatura**

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	23/06/2023 16:23:26 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI Nº 618/2023
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Bruno Miranda que *Altera a lei nº 11.397/2022 que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para incluir a Semana do Antigomobilismo.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 618/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 618/2023 almeja, em suma, instituir a Semana Municipal do Antigomobilismo, a ser celebrada, anualmente, de 1 a 7 de maio, a fim de divulgar para a sociedade o importante trabalho realizado por uma geração que preserva o estilo dos carros antigos.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

2.1 Do aspecto jurídico

No tocante à juridicidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e da legislação infraconstitucional.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de juridicidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às

Constituições e às legislações supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 618/2023 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, inciso I), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

No que concerne à conformidade com a legislação infraconstitucional, cumpre em princípio ressaltar que o Projeto de Lei nº 618/2023 encontra-se em harmonia com os arts. 7º, inciso II, e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

(...)

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

(...)

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Destaca-se ainda que, ao alterar a Lei 11.397, de 30 de Agosto de 2022, o Projeto de Lei em apreço encontra-se em estrito respeito ao disposto no art. 3º da supracitada Lei que racionaliza o estoque de normas em Belo Horizonte e consolida a legislação que institui datas comemorativas nesta Capital. *In verbis*:

Art. 3º - Qualquer disciplinamento legal referente aos temas contidos nesta lei deverá ser feito por meio de lei que a altere expressamente.

Por fim, ressalta-se que o Projeto de Lei nº 618/2023 encontra-se em harmonia com as demais legislações infraconstitucionais e com o Regimento Interno desta Casa.

Concluo, portanto, pela juridicidade do Projeto de Lei nº 618/2023

2.2 Do mérito

No que diz respeito ao mérito, decido pela aprovação do Projeto de Lei nº 618/2023, haja vista a proposição valorizar o significativo trabalho realizado por aqueles que intentam preservar a história dos carros que marcaram época (ou não), bem como manter ativa a memória afetiva de pessoas que interessam pelo tema.

Segundo o autor do Projeto de Lei nº 618/2023,

(...) o antigomobilismo estimula o comércio e a prestação de serviços fomentando uma cadeia de empregos nas áreas de mecânica, funilaria, pintura, estofamentos, vidraçaria, borracharia, impermeabilização, tapeçaria, entre outras.

Ademais, o antigomobilismo representa, nos dias de hoje, um dos grandes movimentos da sociedade civil de preservação cultural, uma vez que, por meio da história de cada carro antigo, conhecemos a biografia de seu proprietário, de uma família ou um momento que foi importante na construção da nossa sociedade.

Não restam dúvidas, portanto, acerca da importância em valorizar o antigomobilismo (ainda que de forma simbólica) no Município de Belo Horizonte. Entretanto, em razão de pedidos de representantes da categoria, proponho um substitutivo emenda para definir a Semana Municipal do Antigomobilismo naquela em que cair o dia 15 de Agosto.

Justifica-se a alteração porque a pretensão da categoria é que a celebração da semana do antigomobilismo coincida com o Evento BH Classic Auto Fest – que levou 340 Mil Pessoas ao Parque Municipal em 3 dias, e que já é em público o maior evento de carros antigos da América do Sul. Almeja-se que este evento seja realizado anualmente no feriado de 15 de Agosto, inclusive com a intenção de se fazer em Belo Horizonte a primeira procissão acompanhada de carros antigos do Brasil em homenagem à padroeira de Belo Horizonte.

Em razão do acima exposto, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 618/2023, com apresentação de emenda.

4. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei 618/2023, com apresentação de emenda

Belo Horizonte, 26 de junho de 2023.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2023.06.26 14:45:22 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

EMENDA Nº _____ AO PROJETO DE LEI Nº 618/2023
(SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 11.397/2022 que
"Consolida legislação que institui datas
comemorativas no Município", para incluir
a Semana do Antigomobilismo.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo III da Lei 11.397/2022, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 95-A:

Art. 95-A - Fica instituída a Semana Municipal do Antigomobilismo, a ser celebrada anualmente, aquela que contenha o dia 15 de agosto, com o objetivo de divulgar para a sociedade o importante trabalho realizado por uma geração que preserva o estilo dos carros antigos, resgatando a história do carro de época; suas cores, a originalidade e os passeios, sobretudo, com o fim de manter viva sua história, a memória e cultura de um povo.

Art. 2º - A letra "H" do Anexo II da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

SEMANA COMEMORATIVA

H - Semanas comemorativas de agosto:

DATA	COMEMORAÇÃO
1º a 7 de agosto	Semana Municipal da Vigilância Sanitária
1º a 7 de agosto	Semana Municipal do Aleitamento Materno
semana que contenha o dia 11/8	Semana do Programa Educar para a Família e para a Vida
semana que contenha	Semana do Antigomobilismo

o dia 15/8	
na primeira quinzena de agosto	Semana da Festa da Família na Praça do Santuário São Paulo da Cruz
última semana letiva de agosto	Semana Municipal de Prevenção da Obesidade

Belo Horizonte, 26 de junho de 2023.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.06.26 14:49:13 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

Instituto Federal de
Tecnologia de Informática

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 26/06/2023 18:09:02 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 618-2023.pdf
Resumo SHA256 do arquivo df0464655e88938b2ac2d7323d44626b1a87ad88b502386caa7a8ba07ae269d6
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 26/06/2023 17:45:22 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 26/06/2023 17:49:13 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐